



***EXTENSÃO NA/ COM A DIFERENÇA:
GÊNERO, SEXUALIDADE E ENVELHECIMENTO.***

***EXTENSION IN/WITH DIFFERENCE:
GÉNERO, SEXUALIDAD Y ENVEJECIMIENTO.***

***EXTENSIÓN DESDE LA DIFERENCIA:
GENDER, SEXUALITY AND AGING***

Fernando Altair Pocahy¹

RESUMO

O texto apresenta um relato de experimentações em ensino-pesquisa-extensão no campo-tema dos estudos de gênero, sexualidade, envelhecimento e relações étnico-raciais, a partir de uma ação institucional, com o objetivo de promover a cultura da diversidade e dos direitos humanos. Os pressupostos ético-epistemológicos que definem o trabalho assumem perspectiva pós-crítica na educação e/em saúde, através de apostas na pesquisa-in(ter)venção. Esta perspectiva ético-teórico-metodológica, por sua vez, possibilitou a articulação de rede de saberes-práticas entre distintas instâncias e agentes sociais na produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que indicou possibilidades de reversibilidade do atual diagnóstico social da velhice. Entre os resultados amplos do trabalho, destacamos o adensamento analítico-crítico das desigualdades sociais e o aprimoramento da formação acadêmica na/com a diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento. Gênero. Sexualidade. Extensão universitária.

RESUMEN

El texto presenta un informe de experiencias de enseñanza-investigación-extensión universitaria en el campo temático de los estudios de género, la sexualidad, el envejecimiento y las relaciones étnico-raciales, a partir de una acción institucional destinada a promover la cultura de la diversidad y de los derechos humanos. Los

¹Professor da Faculdade de Educação, Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino, Programa de Pós-Graduação em Educação.

supostos ético-epistemológicos que definem el trabajo asumen una perspectiva post-crítica en educación y salud, al apostar por la investigación-in(ter)venición. Esta perspectiva ético-teórico-metodológica posibilitó la articulación de una red de saberes-prácticas entre distintas instancias y agentes sociales en la producción del conocimiento, a la vez que indicó posibilidades de reversibilidad del actual diagnóstico social de la vejez. Entre los amplios resultados del trabajo destacamos, por lo tanto, la profundización analítica-crítica de las desigualdades sociales y la mejora de la formación académica desde la diferencia.

PALABRAS CLAVE: Envejecimiento. Género. Sexualidad. Extensión universitaria.

ABSTRACT

The text presents a report of experiments in teaching-research- university extension in the thematic-field of gender studies, sexuality, aging and ethnic-racial relations, from an institutional action aiming to promote the culture of diversity and human rights. The ethical-epistemological assumptions that define the work assume a post-critical perspective in education and health, through betting on research-in(ter)vention. This ethical-theoretical-methodological perspective made possible the articulation of a network of knowledge-practices among different instances and social agents in the production of knowledge, at the same time that it indicated possibilities of reversibility of the current social diagnosis of old age. Among the broad results of the work we highlight, therefore, the analytical-critical deepening of social inequalities the improvement of academic training in/with difference.

KEYWORDS: Aging. Gender. Sexuality. University extension.

Diversidade

e Educação

Sobre o (des)governo da velhice e da longevidade

O direito à vida digna, com efetivas garantias sociais, liberdade de expressão e ambientes livres de preconceitos e discriminação é condição fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática e, por consequência, longa. É somente desse modo que podemos celebrar o aumento da expectativa de vida de uma população – que, no caso do Brasil, hoje está na faixa dos 77 anos. De outra maneira, se seguirá em negacionismo, frente aos efeitos complexos e nada sutis da necropolítica (MBEMBE, 2018).

A despeito de novos modos de envelhecer facilitados pelas políticas e tecnologias em saúde – que redefinem os horizontes geracionais desde o nascimento –, quando interseccionamos marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero e sexualidade, a expectativa de vida e as condições de uma vida longa são abissais para as minorias. Podemos acompanhar, nos mais variados cotidianos e práticas culturais da

vida brasileira, ademais, os efeitos da desigualdade social, expressos como interdição letal à longevidade (POCAHY, 2018).

Considerando que nem todas as pessoas idosas desfrutam das mesmas garantias sociais, direitos, reconhecimento e qualidade de vida na velhice, uma parcela significativa dessas pessoas sequer atinge horizontes mínimos de longevidade – como é o caso de jovens pretos e pardos e de pessoas trans. Vida digna e longa, para qualquer um/a dessas populações, não se constitui, por conseguinte, como uma realidade de fato nem de direito(s); e, se a alcançam, não o fazem sem imensa precariedade.

Nossa aposta é que a interseção entre marcadores e contextos sociais reposiciona as (im)possibilidades dadas a determinados sujeitos do/no envelhecimento, ou para o direito a uma vida longa. Assim, a população idosa encontra-se mais vulnerabilizada, quanto mais complexificada for sua experiência de intersecção na diferença, notadamente a partir de recortes de classe, raça, gênero e sexualidade.

Logo, proteção do Estado e reconhecimento social se tornam elementos mais distantes quanto mais avançada a idade, e mais afastada dos marcos de inteligibilidade hetero(cis)normativa e da branquitude certas populações se encontram.

Estudos e pesquisas na área do envelhecimento e longevidade vêm sendo produzidos no país desde a segunda metade do século XX (DOLL; RAMOS; BAUES, 2015), acompanhando a expansão do campo da gerontologia e das tecnologias para a melhoria da qualidade de vida das populações em espectro mundial. Além disso, pelo menos desde os anos 1980, a abordagem de gênero (DEBERT; DOLL, 2005) vem se configurando como um campo de pesquisa consolidado como horizonte para várias áreas do conhecimento. Poucos, porém, são os trabalhos (acadêmicos ou associativos) que se movimentam em direção aos compromissos investigativos, ou de problematização, em perspectiva interseccional, abordando temas relacionados a gênero, raça/etnia e sexualidade, em uma perspectiva crítica à hetero(cis)normatividade², como demonstram as revisões de Pocahy e Dornelles (2017, 2019) e Henning (2017).

² Como afirmado em outra publicação “A cisnorma é percebida aqui através da manutenção de privilégios dirigidos a pessoas supostamente consideradas coerentes ao sistema corpo-gênero (anátomo-gendradas). Essa posição teria como efeito regulatório e hierarquizador a interpelação abjeta e patologização da transexualidade - e mais amplamente da transgeneridade. Como afirma Leila Dumaresq, citando Viviane Vergueiro (2014), a cisgeneridade pode ser entendida como “[...] gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada decolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgêneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados

Essa chave de problematização – interseccional e dissidente –, consideramos, ofereceria melhores indicadores sobre as condições e possibilidades para que algo seja refletido e dito diante de um determinado sujeito, objeto ou questão, como o é em relação à velhice – tema central deste trabalho. Nossa proposta de ação de intervenção (extensão-pesquisa-ensino) está baseada em aspectos que refletem essa lacuna, a partir de miradas desde a educação e/em saúde³.

No plano da pesquisa engajada nesses desafios, ensaiamos produzir espaços-tempos e entradas de problematização (FOUCAULT, 2001) diretamente relacionados a questões sociais e culturais do envelhecimento e da longevidade na intersecção com gênero, raça/etnia, classe e sexualidade, acompanhando a produção de redes enunciativas e pedagogias culturais envolvidas na produção, marcação e governo da diferença (POCAHY, 2019). Nessa perspectiva, estamos atentos/as às fragilidades políticas e econômicas balizadas pela racionalidade neoliberal e os efeitos da branquitude, em sua relação como os resíduos coloniais que marca(ra)m a singularidade da geopolítica latino-americana – ou, mais precisamente, amefricana, como nos aponta Gonzalez (2020).

Acerca de marcadores geracionais ou classes etárias, faz muito sentido pensar nos jogos de verdade⁴ que regulam as idades, ou os ciclos vitais, e em sua estreita

anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc” (s/p). De outra parte, e em consonância às proposições supracitadas, recorreremos à ideia de hetero/cisnormatividade como forma de evidenciar os efeitos desses ideais regulatórios de gênero, que estariam associados à suposta naturalidade do corpo (através da linha de inteligibilidade corpo->gênero->sexualidade – uma matriz fundacional) e sua articulação com os privilégios daí decorrentes. Note-se, com isso, que a cisnormatividade também marcaria posições privilegiadas para aquelas pessoas que, de alguma forma, poderiam ser consideradas desviantes (agora apenas do ponto de vista da sexualidade – ou ‘orientação sexual’). Isto é, a cisnormatividade compreende as posições gay e lésbica, igualmente. E, no caso de uma performance normativa, seu correspondente seria a homocisnormatividade ou mesmo uma *lgbcisnormatividade* – para ampliar o jogo de significantes”. (POCAHY, 2019, p.96).

³ Esse jogo de palavras educação e/m saúde advém de apostas de Dagmar Estermann Meyer (2014), aqui desenvolvidas como esse híbrido entre as práticas de educação e da saúde, ao mesmo tempo em que se preserva, em contextos estratégicos, a autonomia dos campos de atuação

⁴ A problemática da verdade pode ser acompanhada na obra de Foucault (2008) a partir das análises que produziu sobre domínios *políticos-econômicos-e-epistêmicos* específicos que estabelecem as balizas para a constituição de si; isto é, os modos e meios pelos quais se estabelecem o verdadeiro e o falso sobre algo ou alguma coisa e como se constituem, a partir disso, regimes de inteligibilidade e auto-inteligibilidade. Ou seja, os modos pelos quais nos tornamos sujeitos de/em um determinado discurso-prática social-cultural, está relacionado à razão de sua época – aos seus regimes de veridicção. Suas pesquisas debruçaram-se sobre os domínios do saber, na medida em que estabelece o sujeito como objeto/algo a ser conhecido; o domínio do poder, através das práticas-saberes que incidem sobre o corpo – conhecido/identificado e marcado na diferença: louco, trabalhador/a, criança, velhos/as etc., matéria de correção e punição; e o plano da ética, como experiência pela qual o sujeito constitui a si mesmo através da problematização dos modos de existência – ou como se relaciona diante de um determinado conjunto de

relação com as racionalidades político-econômicas: “A diferença de idade é outra dentre as fronteiras essencialistas que se pode(ria) utilizar para dividir a cidadania e a força de trabalho, e com isso dificultar a existência de coalizões políticas” (BROWN; MARTIN, 1995, p. 63) apud GULLETTE; TATO (2010, p. 81).

Depreende-se disso a aposta de que uma cultura-episteme gerontocida vem se pronunciando cada vez mais, estando fortemente atrelada à racionalidade neoliberal e ao racismo. Apesar disso, ela parece não ser uma grande preocupação para muitos governantes e importantes parcelas da sociedade em geral. Algo que pôde ser percebido de forma terrivelmente explícita durante a pandemia de Covid 19, com efeitos diretos sobre a expectativa de vida das populações. Os dados abaixo, ainda que não estejam interseccionados em raça e classe, demonstram esse quadro:

A redução da expectativa de vida aos 65 anos foi de 1,58 anos, colocando o Brasil de volta aos níveis de 2009. O declínio foi maior para os homens, ampliando em 2,3% e 5,4% a diferença entre homens e mulheres na expectativa de vida ao nascer e aos 65 anos, respectivamente (CASTRO *et al*, 2021, p. 1629).

Além do fator da crise sanitária, a cultura do silenciamento da violência contra idosos/as, a precarização das políticas de atenção e os discursos de ódio – que se alinham ao atual status político-social e econômico brasileiro – passaram a configurar importantes balizas no acesso aos serviços de atenção e proteção. Tais situações, reafirma-se, são agravadas para as minorias sexuais, étnico-raciais e de gênero, especialmente as mais pauperizadas.

Pesquisar-inventar...

Os trabalhos do grupo “geni – estudos de gênero e sexualidade⁵” se dispõem a analisar os efeitos (hetero/homo) cisnormativos e geracionais da constituição dos

regras e convenções, moralidades, que o interpelam desde uma dada posição – humano, desviante, cidadã(o).

⁵ Grupo de estudos e pesquisas(-in[ter]venções) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, o “geni – estudos de gênero e sexualidade” integra as linha de pesquisa Cotidianos, Redes Educativas e Processos Culturais (ProPEd) e Contemporaneidade e Processos de Subjetivação (PPGPS). Sua equipe é composta de estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, além de egressas/os e colaboradoras/es de outras Instituições de Ensino Superior. O grupo articula-se a partir de quatro linhas de investigação: 1. Gênero, diversidade sexual e geração/idade, com o objetivo analisar formas de regulação do gênero e da sexualidade em sua articulação com a produção

modos de vida na (trans)contemporaneidade, tomando como lócus privilegiado de investigação as práticas-saberes da/na cultura.

Entre os principais objetivos da realização do projeto de extensão intitulado “Gênero, sexualidade e envelhecimento: itinerâncias e interlocuções entre saúde e educação na promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos” (2014 – atualmente), destacamos: (1) ações e estratégias educativas para a promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos, envolvendo gênero e sexualidade, notadamente a partir de minorias em dissidência à heterocisnormatividade e ao racismo; (2) oferta de assessoria interdisciplinar em saúde e educação a serviços e equipamentos de saúde e/ou educacionais na temática interseccional de gênero, sexualidade e envelhecimento; (3) formação continuada para estudantes de graduação, profissionais formados ou em formação na saúde e educação, a partir de problematizações sobre gênero, sexualidade e envelhecimento; e (4) documentação e visibilização de registros de artefatos, práticas culturais e estratégias e ações em direitos humanos para as minorias sexuais e de gênero vivenciando o envelhecimento.

As ações que integram o programa de pesquisa-ensino-extensão que desenvolvemos objetivam, ademais, compreender como determinadas redes discursivas são agenciadas e articuladas na produção de subjetividades e(m) cotidianos da educação e/m saúde. No rastro de problematizações acerca da produção de regimes de verdade (FOUCAULT, 2008; LEMKE, 2017), articulamos análises interseccionais (BILGE, 2009; AKOTIRENE, 2019) sobre corpo, gênero, sexualidade, gerações e raça/etnia, entre outros marcadores sociais de identidade e diferença (SILVA, 2001).

A perspectiva de trabalho da ação em tela está comprometida, por extensão, com os pressupostos de metodologias participativas e democráticas, autogestionáveis e processuais. Isto significa dizer que a atenção ao processo e à participação de todas e

discursiva em torno do dispositivo da idade e geração (com ênfase atualmente para o envelhecimento); 2. Pedagogias de gênero e da sexualidade: problematiza como as pedagogias de gênero e da sexualidade – exercidas e veiculadas por múltiplas instâncias da cultura – se articulam à produção das hetero/homonormatividades e seus efeitos na constituição de processos de subjetivação, com ênfase para a relação entre práticas articuladas entre educação e saúde; 3) Políticas queer e [trans]contemporaneidade: as pesquisas nesta linha analisam processos de subjetivação a partir de produções ético-estético-(micro)políticas na (re)invenção dos modos de vida na/da [trans]contemporaneidade, com ênfase para os movimentos de dissidência e contestação às hetero/homo-cisnormatividades; 4) Gênero e Sexualidade nas Políticas Públicas: o objetivo desta linha é investigar a produção de políticas articuladas a gênero e sexualidade, a partir de seus efeitos nos modos de subjetivação e no acesso e garantia de direitos sociais e políticos das minorias sexuais e de gênero.

todos os/as envolvidos/as na ação se constitui como elemento definidor de um saber-fazer dedicado aos desafios propostos pela demanda acionada no encontro entre universidade, comunidade e outros/as agentes sociais.

Nosso desafio, logo, é produzir um conhecimento que responda, de forma compromissada e participativa, a demandas de sociedade, movimentando para isso redes de conhecimento e metodologias contextualizadas, além de saberes localizados (HARAWAY, 1995). Nesta direção, acompanhamos as perspectivas que apostam que os conhecimentos são tecidos em redes – redes de significação, redes de saberes-práticas, redes de subjetividades (ALVES, 2001).

Ademais, apoiamo-nos em Louro (2001), quando a autora sinaliza o importante horizonte ético-epistemológico a mobilizar muitas de suas inquietações – através das miradas pós-estruturalistas em diálogo com os estudos feministas (muitos deles em abordagem pós-estrutural e pós-moderna):

[...] feministas e pós-estruturalistas compartilham das críticas aos sistemas explicativos globais da sociedade; apontam limitações ou incompletudes nas formas de organização e de compreensão do social abraçadas pelas esquerdas; problematizam os modos convencionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência; questionam a concepção de um poder central e unificado regendo o todo social, etc. (p. 29).

O registro da autora é consonante às miradas Pós-críticas em Educação (SILVA, 1999; MEYER, 2014) que anunciam não apenas uma crítica à neutralidade científica. Sobremaneira, trata-se de um posicionamento que enxerga com desconfiança e, por vezes, com franco estranhamento a proclamadas verdades ou cânones – e na qual a crítica às meta-teorias encontra força.

Desse modo, o engate tático com a perspectiva da pesquisa-intervenção, como a abordamos aqui – e em consonância com as apostas de Rocha (2003); Maraschin (2004), Pochay (2016) –, constituiu-se como possibilidade de que uma determinada comunidade/ou grupo pudesse usufruir do trabalho da pesquisa-ensino-extensão, elaborando seus próprios esquemas de experimentação política e participação social. Buscamos, para tanto, compreender como são produzidas as suas realidades, ao passo que novas práticas são agenciadas no interior deste plano de encontro entre universidade e comunidades interlocutoras, agenciando o que Foucault (2013) denominou de espaços-outros, heterotopias de desvio.

O esforço deste trabalho de definição metodológica é articular a pesquisa ao trabalho de in(ter)venção, tendo como princípio ético e condutor a participação ativa dos entes envolvidos na ação extensionista e de pesquisa – ou que delas se beneficiam. Ampliar os recursos da pesquisa e intervenção, democratizando os métodos – a formulação de caminhos e rotas para o pensamento –, configura-se, outrossim, como horizonte fundamental, como nos sugere Marschin (2004):

Como pesquisadores do campo das ciências humanas, nosso perguntar indaga sobre os modos de viver, de existir, de sentir, de pensar próprios de nossa ou de outras comunidades de sujeitos. O próprio fato de perguntar produz, ao mesmo tempo, tanto no observador quanto nos observados, possibilidades de auto-produção, de autoria. Nossos “objetos de pesquisa” também são observadores ativos, produzem outros sentidos ao se encontrarem com o pesquisador, participam de redes de conversações que podem ser transformadas a partir de novas conexões, novos encontros (p. 104).

Essa dis/posição de pesquisa, ao mesmo tempo em que intervém, produz um conhecimento específico, situado, singular e útil aos que de sua construção participam. Segundo Rocha e Aguiar (1999; 2003), pesquisa-intervenção é uma ação que:

[...] aprofunda a ruptura com os enfoques tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica, já que propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social. (2003, p. 67).

A relação ensino-pesquisa-extensão é intrínseca a essas metas, seja pelo acionamento de modos próprios de um saber-fazer docente-pesquisador/a-engajado/a, seja pela articulação direta em interlocuções que potencializam protagonismos sociais, seja, ainda, pela vertente de promoção de redes de saberes-fazer. Como produção viva do conhecimento, nosso intento foi e é promover a participação e o agenciamento coletivo entre-mundos sociais-culturais. Arriscamos afirmar que esta disposição é capaz de agenciar práticas de democratização do conhecimento, bem como inserção social comprometida da universidade nas comunidades e da formação de profissionais implicados/as.

Uma agonística da/na diferença

As formas de produção da marcação geracional do envelhecimento e da longevidade estão intrinsecamente articuladas a outros marcadores, tais quais, e fundamentalmente, gênero, raça e sexualidade, racionalidade econômica. Quanto à última, destacamos os efeitos da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) por impor a produção de certo ideal regulatório das subjetividades e dos processos de subjetivação, justamente para que seus termos se fixem ou operem de forma produtiva e eficaz (para usar uma linguagem de mercado, tão cara a tal episteme) com forte acento na (des)regulação dos marcadores da diferença. Estes marcadores, por sua vez, podem ser úteis em determinados momentos e descartáveis noutros, num enquadramento que avalia a oportunidade de investimento e regulação, como observamos no caso de governos liberais, por um lado, e no daqueles que se movimentam através de regimes de retórica conservadora, por outro.

Como experiência também fabricada, em certa medida, a velhice é igualmente performativa – isto é, através de rituais linguísticos, estilizações repetidas, ela assume certo caráter de real inquestionável, abrindo espaço para a produção de normas e para a regulação cultural, política e econômica dos corpos-sujeitos, mas, na mesma medida, para a sua contestação e para as dissidências (POCAHY, 2019).

É isso, afinal, o que nos interessa pesquisar-acompanhar e sobre o qual nos importa agir-intervir: os efeitos cotidianos e os usos que fazemos daquilo que tentam fazer de nós. Ademais, interessa-nos como certos marcadores se articulam mais, ou menos, nessas formas de governo de si ou da imposição do autogoverno, pela via da responsabilização individual, enunciada no agenciamento dos fluxos da episteme neoliberal e dos dispositivos da branquitude – elemento de manutenção dos privilégios – que definem as (im)possibilidades para uma vida longa.

De acordo com Brown (2017), “[...] a racionalidade neoliberal dissemina o modelo do mercado a todas as esferas e atividades – configura os seres humanos de modo exaustivo como modelos do mercado, sempre, unicamente e em todas as partes como *homo aeconomicus*” (p. 36). Logo, o capital humano e todas as suas esferas de atividade estão associados cada vez mais ao “capital financeiro” e de investimentos, e não mais apenas produtivo ou empresarial.

Portanto, a diferença, e aqui tomamos a diferença geracional, em seu plano expandido e não fixado, é considerada ponto de instabilidade para essas formas de

governo, dado que opera na desestabilização dos fluxos de autoinvestimento. Pois, se a função da diferença é diferir, como afirma Silva (2002), como poderia governar-se o que pede passagem, escapa, é provisório, instável?

Apoiando-nos nas problematizações de Meyer e Damico (2006), entendemos que esses ideais regulatórios concebem o indivíduo e a vida como empreendimentos infinitamente aperfeiçoados: a manter, a gerir e a potencializar o próprio bem-estar. Isso produz certo entendimento de que o indivíduo é capaz de se autogovernar mais/melhor quanto mais se capacitar, ou quanto mais bem capacitadas estiverem as instituições, no sentido de acolherem um sujeito inteligível (a elas).

Em síntese: as significações para a velhice são construídas nas/como culturas e socialmente reguladas a partir da racionalidade econômica que predomina sobre uma dada geopolítica da existência. Assim, para além das supostas evidências de corpos que se modificam no curso da vida e podem demandar cuidados em saúde e proteção social, é preciso destacar que aprendemos-ensinamos sobre a velhice fortemente informados/as por várias instâncias da cultura e da sociedade (LOURO, 2001), que podem, ou não, reafirmar certas noções de como estabelecer vidas viáveis e possíveis para uma vida longa no “Cistema”⁶ (YORK; RAYARA; BENEVIDES, op. cit.).

(Re)invenções no/com o cotidiano da extensão... ensino, pesquisa.

No interior do projeto de extensão “Gênero, sexualidade e envelhecimento: itinerâncias e interlocuções entre saúde e educação na promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos”, lançamos, em 2021, o grupo de estudos “GSE – Gênero, Sexualidade e Envelhecimento nos Cotidianos da Educação e/em Saúde”, atividade vinculada às metas 1 e 3 do referido Projeto⁷. São, pois, respectivamente, as metas de formulação de estratégias educativas para a promoção da cultura da

⁶ Aqui, um trocadilho das autoras para informar os regimes sociais/societários (sistema) em sua imbricada relação com a cisgeneridade/ cisnormatividade..

⁷ Uma análise mais adensada e a descrição das ações do GSE encontra-se em desenvolvimento na tese de doutorado Daniel Silveira Vieira, uma vez que esse foi seu campo-objeto-tema de investigação, sob a orientação deste autor. Da mesma forma, em outros trabalhos em curso, com os demais membros da equipe do GSE e que desenvolvem pesquisas no campo-tema do envelhecimento no momento desta publicação: Letícia Emmerick (mestranda), Beatriz Bloise (doutoranda), Juliana Kathlen da Silva (Bolsista de Iniciação Científica), Helen Dias (mestranda) e Izabel Mantovani (Bolsista de Iniciação Científica). A equipe ampliada do GSE conta ainda com a colaboração de Anamaria Ladeira (mestranda), Camila Santos (mestranda), Arthur Deibert (doutorando), Jéssica Pereira (mestranda) e Beatriz Penha (Bolsista de Extensão) que abordam temas do campo da educação e/em saúde alguma intersecção geracional com gênero, raça e sexualidade, compondo o espectro amplo do projeto eixo do geni – estudos de gênero e sexualidade.

diversidade e dos direitos humanos envolvendo gênero e sexualidade, além da meta de formação continuada para profissionais da saúde e educação.⁸

A oferta remota em período de isolamento sanitário (em decorrência da Covid 19) permitiu o acesso de participantes de várias regiões do país, o que propiciou perspectivas de análise fortemente mobilizadas em termos contexto-dependentes (MEYER, op. cit.) e abertos à interseccionalidades. Congregamos cerca de quarenta profissionais atuantes em instituições de longa permanência para pessoas idosas (selecionados/as entre 140 inscritos/as), na rede pública e privada de saúde, trabalhadoras/es da educação de adultos, além de pesquisadoras/es titulados/as e em formação, com foco para a temática do envelhecimento.

Todos/as os/as extensionistas já se encontravam, em algum nível, mobilizados ou inseridos no campo-tema do envelhecimento, e mobilizados/as para os temas de gênero e sexualidade (indicador mensurado pelo número de inscrições). Isto nos colocou em posição colaborativa e em reconhecimento aos saberes-práticas que os/as mesmos/as aportavam.

A equipe de coordenação-articulação do GSE envolveu estudantes de Mestrado, Doutorado e Iniciação Científica, respectivamente vinculados às unidades Faculdade de Educação e Instituto de Psicologia e, também, ao “geni – estudos de gênero e sexualidade”. Elas/eles se envolveram ativamente da formulação do grupo de estudos de extensão, em encontros quinzenais e remotos (síncronos), com a presença deste pesquisador-coordenador. Ademais, os membros da equipe atuaram vinculadas/os a partir de ações de suas pesquisas em nível de pós-graduação e iniciação científica. O apoio institucional desta proposta contou com recursos da FAPERJ, do CNPq e do Programa Prociência – UERJ/FAPERJ, e do fomento do Depext – Departamento de Extensão e do Centro de Educação e Humanidades –, ao qual estão vinculados os Programas de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

⁸ Neste texto, destacamos uma das atividades que desenvolvemos com o Projeto de Extensão, durante o período da pandemia de Covid19 – especialmente nos anos de 2021 e 2022. Trata-se de uma ação teve como foco a abordagem de temas relacionados às intersecções entre gênero, sexualidade, raça e envelhecimento, dirigida a profissionais da Saúde, Educação e na Assistência Social. Outras ações já realizadas no âmbito do Projeto, como ciclo de cinema e debates, Seminário Internacional, documentação e arquivo, produções de pesquisa em teses, dissertações, monografias e outros meios de produção e divulgação científica não se farão destacados nesse texto, mas se constituem como elementos centrais da vida cotidiana e articulados fortemente aos espaços-tempos formativos que engendramos no cotidiano de uma universidade pública no Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho interdisciplinar e a intenção colaborativa e solidária foram marcas intensas do grupo de estudos, que se pode acompanhar a partir dos registros diários (gravações) das ações – devidamente arquivadas e confidenciais, apenas para uso da pesquisa – e dos relatos de avaliação produzidos ao final de cada edição do grupo de estudos, seja pelas análises discentes, seja pelas reflexões da comunidade que teve acesso ao projeto. Desse modo, consideramos importantes impactos desta ação as implicações ético-políticas e epistemológicas envolvendo o tema do envelhecimento na perspectiva da promoção da cultura da diversidade e dos direitos humanos da pessoa idosa, pela via da produção horizontalizada do conhecimento – o que incide de forma positiva sobre os processos educativos em saúde e os modos de pesquisa com/em interlocução, e não sobre as pessoas/coisas.

Nos mobilizamos, ainda, para contribuir para a multiplicação de perspectivas e produção do conhecimento através de redes que ultrapassam o espaço-tempo do grupo de estudos e dos documentos produzidos através desta ação, uma vez que os/as participantes do processo (discentes e comunidade em geral), bem como as unidades educacionais envolvidas, têm a oportunidade de discutir temas invisibilizados na pauta dos estudos sobre envelhecimento, especialmente sexualidade e normas de gênero.

Como resultados políticos e sociais amplos, ponderamos que a ação colabora para a visibilidade de temas ainda bastante negligenciados na sociedade: as intersecções entre gênero, sexualidade e raça nos processos de envelhecimento. Soma-se a isso, o fato de a ação facilitar a promoção de reflexões que articulam contribuições do campo da saúde e educação, para o engajamento de profissionais que atuam diretamente com pessoas idosas ou com políticas para esta população. Isso também incidiu para os modos de pensar o tipo de sociedade longeva que estamos produzindo nos mais diversos espaços educativos e sociabilidades, por onde nos movimentamos como exposto em Silva e Pocahy (2020, 2021).

Com base em tal experiência, após dois semestres de oferta ampla do GSE, passamos a ofertar Atividade Programada no Programa de Pós-Graduação em Educação⁹, com o objetivo de adensar estudos teóricos e refletir sobre o cotidiano

⁹ A Atividade Programada intitula-se “Governo da longevidade e envelhecimento: Intersecções na Educação e/em Saúde”. A proposta busca formular entradas de problematização em pesquisa a partir de intersecções entre marcadores da diferença e modos de governamentalidade e bio(necro)políticas. O estudo diagnóstico em tela orienta-se a territórios da educação básica e experimentações em educação e em saúde, na regulação/produção da longevidade e do envelhecimento. São objetos de investigação pedagogias e artefatos culturais engendrados no governo das idades, interseccionados a gênero, raça, etnia

formativo experimentado nas edições anteriores do grupo de estudos. O diferencial desta nova oferta acadêmica é que quatro participantes extensionistas frequentam a disciplina como partícipes ativos do processo de reformulação de novas perspectivas para este eixo formativo do Projeto de Extensão.

Para não encerrar o assunto...

Estimula-nos pensar/observar que o projeto vem possibilitando a estudantes em formação de diferentes níveis – graduação, mestrado e doutorado – e a profissionais atuantes no campo-tema do envelhecimento a vivenciar abordagens participativas na produção do conhecimento. A partir da perspectiva da pesquisa-in(ter)venção e de princípios ético-políticos da extensão universitária, movimentamos espaços de formação continuada, socialmente referenciada.

O envolvimento da comunidade externa – que, para melhor representar tais princípios, denominamos de grupo de estudos – demonstrou que, além das lacunas envolvendo a intersecção com marcadores da diferença (especialmente sexualidade, raça e gênero), também os modos de produção e a legitimação de conhecimentos se constituem, ainda, como baliza fundamental no campo das intervenções sociais e da formação de profissionais que atuam com pessoas idosas – seja na saúde, educação, assistência ou outras esferas e campos sociais.

A perspectiva de produção do conhecimento solidária e participativa, por sua vez, reafirma os princípios da educação democrática e pluralistas. Ela nos fornece a possibilidade de atuar para a circulação de saberes-práticas historicamente subalternizados ou desprezados, produzindo assim impertinências aos “Cistema” (YORK, RAYARA, BENEVIDES op. cit). Como bem afirmam Doll, Ramos e Baues (2015):

Atualmente, as identidades de gênero, sexualidade e etnia são temas centrais no campo da Educação. Em uma sociedade em rápido envelhecimento, onde até cinco gerações podem conviver numa mesma família, a constituição das identidades geracionais são problematizações imprescindíveis, que precisam entrar na pauta do debate educacional (p. 10-11).

e sexualidade, bem como revisão integrativa (crítica) da literatura sobre o tema – em interface com políticas públicas e o direito à cidade.

Portanto, seguimos em nossas rotas de problematização, interessadas/os em compreender sobre quais sujeitos da/na experiência do envelhecimento está falando e fazendo falar a nova ordem político-econômica mundial. O que ela inclui e exclui para compor a expectativa de vida? O que os sujeitos de uma dada idade precisam dar a ver e dizer sobre seus corpos e desejos para que sejam inteligíveis ou reconhecidos/as?

De quais sujeitos idosos/as e para quais sujeitos idosos/as se está falando/fazendo falar nos artefatos (das políticas e práticas sociais, por exemplo) – que, ao mesmo tempo em que os produzem, descrevem (marcam) e tentam governar? Como se dá essa operação no cotidiano e ali onde a vida miúda (a potência em diferir) fricciona o discurso? No jogo bio(necro)político envolvendo o prolongamento da vida (longevidade) – e de um único modo possível de vivê-la –, se produziu um modo de expandir a exploração de certos corpos-vidas, para estes produzirem e consumirem mais e pelo maior tempo possível.

A velhice, por conseguinte, vem se tornando cada vez mais uma questão de responsabilidade individual – o sujeito é o único responsável por si – e familiar. Com isso, as redes de apoio e proteção e de promoção da cultura e da saúde encontram-se cada vez menos sob a responsabilidade-solidariedade do Estado.

A racionalidade econômica neoliberal pressupõe um trabalho sobre si mesmo como empreendedor de uma vitalidade que não poderá pesar mais do que uma pena sobre o não mais estado-previdente. As representações em torno de uma velhice ideal passam, então, a pesar ainda mais sobre os ossos, sobre o corpo que não deve envelhecer, nem pode adoecer. “Só fica velho quem quer”, ironizam os meritocratas gestores-vendedores de planos de previdência. “Prevenir a velhice” (*prevent senior*¹⁰) é o melhor negócio, acrescentariam os gerontocidas de plantão na empresa ou no parlamento, entre outros ambientes contaminados pelo neoliberalismo.

¹⁰ *Prevent Senior* é o nome da empresa que protagonizou um dos mais brutais gestos de violação contra idosos/as durante a pandemia. Uma síntese dos principais pontos do caso por ser acompanhada nas palavras de Estevão Bertoni (2021), em publicação do NEXO Jornal: “A empresa tem sido acusada de omitir mortes num estudo sobre a hidroxicloroquina com o objetivo de demonstrar sua eficácia e de administrar medicamentos ineficazes contra a covid-19 sem o consentimento dos pacientes. As denúncias aparecem em um dossiê produzido por ex-médicos do plano que foi encaminhado aos senadores da comissão. Os resultados do estudo sobre o uso da hidroxicloroquina foram divulgados pelo presidente Jair Bolsonaro e seus filhos em suas redes sociais em abril de 2020, com a informação de que nenhum paciente havia morrido entre os que tomaram os medicamentos”.

Com essas questões em perspectiva, temos orientado nossos esforços a acompanhar a problemática da verdade (FOUCAULT, 1999) e da performatividade (BUTLER, 2004) na produção, na marcação e no governo da diferença (geracional), especialmente a partir de apostas sobre: as bio(necro)políticas nas rotas da longevidade; as (in)definições e sentidos da velhice, em modos de vida, corporeidades e prazeres; a intergeracionalidade e o direito à cidade; e as configurações do etarismo.

Tendo estes elementos em vista, acompanhamos os argumentos de Louro (2011) para seguir: “jogos de poder não se exercitam apenas no campo do gênero e da sexualidade, mas se dão, ao mesmo tempo, em muitos outros domínios, embaralhando os confrontos”. (p. 16). Portanto, ali mesmo onde ela – a diferença – se recusa à fixação pela via da identidade, encontramos potência em um modo de agir ético, capaz de inventar mundos-vidas outros. Por esse motivo, nos movemos e envolvemos na pesquisa-corno-in(ter)venção na/da diferença, desejosos de que nossas problematizações possam contribuir para a invenção de mundos-outros possíveis e longevos.

Referências

AGUIAR, Katia; ROCHA, Marisa. Pesquisa-Intervenção e a Produção de Novas Análises. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 23 (4), (p. 64-73), 2003.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho – o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas** – sobre redes de saberes. Rio de Janeiro; DP&A, 2001.

BERTONI, Estevão. 7 pontos-chaves para entender o caso da Prevent Senior. *NEXO Jornal*. São Paulo, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/09/22/7-pontos-chaves-para-entender-o-caso-da-Prevent-Senior>. Acesso em: 06 out. 2021.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, n° 225, janvier- mars, 2009.

BROWN, Wendy. **El pueblo sin atributos**. La secreta revolucióndel neoliberalismo. Barcelona; México; Buenos Aires; Nueva York: Malpaso, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Marcia, GURZENDA, Susie; TURRA, Cassio et al. Reduction in life expectancy in Brazil after COVID-19. *Nat Med*, 27, p. 1629–1635, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DOLL, Johannes; RAMOS, Anne Carolina ; BUAES, Caroline Stumpf . Apresentação da Seção Temática Educação e Realidade. *Educação e Realidade*, v. 40, p. 9-15, 2015.

DOLL, Johannes. Entrevista com Guita Grin Debert. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 7, p. 101-116, 2005.

FOUCAULT, Michel. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Dits et écrits II, 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico**. As heterotopias. São Paulo: n-1 Edições, 2013.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 07-42.

HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 23, n. 47, jan./abr. 2017, pp. 283-323.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*, 2001, vol.9, no.2, p.541-553.

LOURO, Guacira Lopes. Chega de saudade. *Entreideias*, Salvador, n.19, p.11-20, jan./jun. 2011.

MARASCHIN, Cleci. Pesquisar e intervir. *Psicologia e Sociedade*. vol.16, n.1, p. 98-107, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar

Elisabeth Esterman; PARAÍSO, Marlucy. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

POCAHY, Fernando Altair. Gênero, sexualidade e envelhecimento: miradas pós-críticas na educação. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 3, p. 87-111, 2019.

POCAHY, Fernando Altair. O clamor da diferença letal: educar em estado de exceção. *Revista Ñanduty*, v. 6, p. 9-22, 2018.

POCAHY, Fernando Altair; DORNELLES, Priscila Gomes. Gênero, sexualidade e envelhecimento: mapeando a pesquisa e a intervenção social LGBT no Brasil. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*, v. 1, p. 124-138, 2017.

POCAHY, Fernando Altair. Botando corpo, (des)fazendo gênero. *Uma ferramenta para a pesquisa-intervenção na educação*. Reflexão e Ação (versão eletrônica), v. 24, p. 289, 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: impertinências. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 79, p. 65-66, 2002.

SILVA, Daniel Vieira; POCAHY, Fernando Altair. Envelhecimento, gênero e sexualidade: modos de pesquisar, modos de subjetivar. *Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade*, v. 11, p. 39-58, 2022.

SILVA, Daniel Vieira; POCAHY, Fernando Altair. Políticas públicas de saúde para pessoas idosas: tramas biopolíticas entre gênero e envelhecimento. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, v. 26, p. 319-342, 2021.

YORK, Sara; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 3, p.1-12, 2020.

Recebido em maio de 2022.

Aprovado em junho de 2022.